

Credores dizem não à proposta do Brasil

O comitê de bancos credores já comunicou ao governo brasileiro que não aceita a oferta de pagamento de US\$ 940 milhões de juros atrasados, mais US\$ 290 milhões dos juros a vencer entre janeiro e março de 91. A proposta, apresentada na terça-feira em Nova York pelo embaixador Jório Dauster, deve abrir uma nova fase na renegociação da dívida, mas nada indica que uma solução esteja próxima.

“Agora, ao menos há dinheiro sobre a mesa”, afirmou ao correspondente **Paulo Sotero** uma fonte ligada aos credores. “Mas o fosso que nos separa continua muito grande e não sei como faremos para que ele diminua”, ponderou. Os bancos parecem inclinados a insistir num pagamento da ordem de US\$ 2 bilhões, e também resistem à vinculação dos juros à definição dos termos de renegociação do estoque da dívida — um dos principais aspectos da proposta brasileira. “Isso levaria meses”, afirmou a fonte.

As diferenças entre o Brasil e os credores não ficam apenas no volume de pagamentos. Os credores querem que o restante dos juros atrasados seja capitalizado através de um bônus que renda juros de imediato. Pela proposta brasileira, os títulos renderiam juros de 3,5% nos três primeiros anos e de 4% nos dois

anos seguintes — só a partir de 96 os papéis renderiam juros de 9%. Além disso, o governo brasileiro excluiu de sua proposta os juros sobre as dívidas de estatais como Eletrobrás e Siderbrás, alegando que elas quebraram. Os bancos entendem que o governo brasileiro garantiu os empréstimos das empresas, e agora deve honrar seu aval.

O embaixador Jório Dauster retornou ontem ao Brasil sem uma contraproposta do comitê dos bancos, mas uma nova rodada de negociações deve começar na próxima terça-feira, em Nova York. “Esta foi uma rodada de esclarecimento da nossa proposta, não houve tempo devido ao feriado do Dia da Ação de Graças”, explicou ao correspondente **Régis Nistrovski** o conselheiro da embaixada brasileira, João Almino.

A expectativa dos negociadores brasileiros é que as conversações se tornem mais produtivas na próxima semana, até mesmo pela proximidade da visita do presidente George Bush ao Brasil, a partir do dia 3. Até, espera-se que o Departamento do Tesouro decida se vai manter o virtual bloqueio a empréstimos para o País, erguido pelos EUA nos organismos financeiros multilaterais — como o FMI e o Banco Mundial — com o apoio de outros países desenvolvidos.

O senador Fernando Henrique já admite flexibilizar a resolução: “Vamos fortalecer a posição dos negociadores”.



Arquivo/AE